

GIARETA, Paulo Fioravante*

<https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>

SOUSA, Victor Coqueiro de**

<https://orcid.org/0000-0002-4073-1401>

Resumo: Este estudo teórico-analítico procura abordar a relação entre o modelo de governança empresarial-militar de 1964 a 1985 no Brasil e a produção das condições de trabalho docente neste contexto, a partir da experiência do estado de São Paulo. Tem crescido o número de pesquisas sobre o assunto e, visando colaborar com o tema, propomos uma análise das raízes históricas da influência do regime militar nas políticas públicas educacionais e, conseqüentemente, no trabalho docente. No corpo do texto, além do foco principal, abordamos algumas das truículências características do regime militar e seu desdobramento histórico, buscando relacionar os acontecimentos passados com certas questões no tempo presente. Portanto, o objetivo deste trabalho é verificar se a literatura nos apresenta elementos que tornem possível indicar uma relação entre o modelo empresarial-militar e a precarização das relações de trabalho, tendo como referência o estado de São Paulo e também o contexto brasileiro. Para isso, utilizou-se uma análise documental através de fontes históricas coletadas no acervo do jornal O Estado de São Paulo e uma análise bibliográfica por meio das principais obras que tratam sobre a temática. O trabalho aponta que, de fato, parece ter ocorrido um processo de precarização nas condições de trabalho docente no estado de São Paulo, tendo como base histórica o período do regime militar.

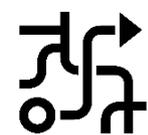
Palavras-chave: Governo empresarial-militar; Políticas neoliberais; Professores.

Abstract: This theoretical-analytical study aims to address the relationship between the corporate-military governance model from 1964 to 1985 in Brazil and the production of teaching working conditions within this context, focusing on the experience of the state of São Paulo. The number of research studies on this subject has been increasing, and in an effort to contribute to this topic, we propose an analysis of the historical roots of the military regime's influence on educational public policies and, consequently, on teaching work. In the body of the text, in addition to the primary focus, we discuss some characteristic harshness of the military regime and its historical consequences, seeking to link past events to certain contemporary issues. Therefore, the objective of this work is to determine whether the literature provides elements that make it possible to indicate a connection between the corporate-military model and the deterioration of labor relations, with a reference to the state of São Paulo and the broader Brazilian context. To accomplish this, we employed a document analysis through historical sources gathered from the archives of the newspaper "O Estado de São Paulo" and a bibliographical analysis using the key works related to the subject. The study suggests that indeed there seems to have been a process of deterioration in teaching working conditions in the state of São Paulo, with historical grounds rooted in the period of the military regime.

Keywords: Corporate-military government; Neoliberal policies; Teachers.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL). Contato: pfgiareta27@yahoo.com.br

** Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciado em História (UFMS), Filosofia (Claretiano), Geografia (UniCesumar). Bacharel em Teologia (UniCesumar). Contato: coqueirovictor@gmail.com



INTRODUÇÃO

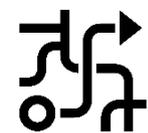
Nos últimos anos, tem-se intensificado o debate sobre as condições de trabalho docente no estado de São Paulo, uma problemática que constantemente tem recebido novos contornos e características. O referido estado é um grande protagonista em políticas públicas que indicam para processos de violação de direitos dos professores, com impacto direto nas experiências em sala de aula e extrassala.

Recentemente, o Programa de Ensino Integral, PEI, uma política pública paulista, tem sido objeto de algumas pesquisas, ainda muito incipientes, que tem começado a abordar os problemas dessa política pública educacional. Os trabalhos abordam a influência internacional nas políticas educacionais paulistas e da economia neoliberal como fonte de um conjunto de problemas, contudo, nem sempre as raízes históricas do objeto são apontadas, o que impossibilita uma análise mais profunda do tema.

As dissertações de Caroline Gorski Marques Araujo (2021) e Rodrigo Alves da Silva (2019) são fundamentais na abertura de espaços para a interpretação de que no PEI existe uma nova forma de precarização do trabalho que atinge, de modo cumulativo, tanto os aspectos que provêm do regime militar, quanto elucida originais meios de pressão psicológica e de burocracia que têm adoecido a maior parte desses profissionais da educação.

Neste sentido, o presente trabalho busca fundamentação na denominada *Teoria da Precarização do Trabalho Docente*, que para Marin (2010):

Refere-se a mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente. Decorre do uso de características mais gerais da precarização do trabalho, oriundas da formulação feita por Pochmann (1999), portanto termo oriundo da área acadêmica das Ciências Sociais [...] Agrupando-se esses modos de referência, foi possível compor pelo menos dois blocos de compreensão da expressão completa, o que a torna polissêmica: a) significados caracterizadores e b) consequências de sua existência. a) Nas caracterizações da precarização do trabalho docente, foram obtidas as seguintes vinculações: quando se refere às mudanças do trabalho, encontra-se flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; e, ainda, algumas especificações da esfera pedagógica, tais como valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos. b) No que tange às consequências da existência dessas

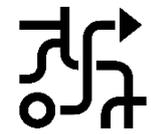


modificações, verificam-se referências a: desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos. (MARIN, 2010, [s.p.]).

O exercício teórico aqui proposto e, de forma articulada, a supracitada teoria da precarização, exige a elucidação de alguns posicionamentos teórico-metodológicos, entre eles a caracterização do período militar brasileiro como regime empresarial-militar. Esta caracterização se dá por reconhecermos, com auxílio de teóricos como Brettas (2020), que o modelo de governança militar só foi possível mediante sua vinculação e apoio de grupos empresariais brasileiros, que tanto objetivavam maior disciplinamento e apropriação do trabalho das classes subalternizadas como fator de reposicionamento de suas condições de acumulação; quanto objetivavam uma maior abertura-flexibilização do Estado brasileiro e suas políticas, como as políticas educacionais, à lógica empresarial.

Outra caracterização diz da agenda político-econômica neoliberal. A literatura da área não indica para uma vinculação formal do governo empresarial-militar brasileiro à agenda denominada neoliberal, que formalmente seria assumida no final da década de 1980, contudo, compreendemos que a militarização empresarial do Estado brasileiro a partir da década de 1960 viabilizou a produção das condições, disciplinamentos e flexibilizações jurídico-normativas do Estado tendo em vista a produção do aparato necessário para a implementação da referida agenda político-econômica, algo que abordaremos ao longo do texto.

Indica-se, ainda, que na estruturação deste artigo, partimos da divisão periódica proposta por Maurice Tardif, divisão esta que acreditamos ser aquela que melhor se enquadra ao contexto da história da profissão docente no Brasil. Tardif afirma que podemos dividir a história da profissão docente em três idades: em primeiro lugar, a *Idade da Vocação* que compreende os séculos XVI a XVIII; em segundo lugar, a *Idade do Ofício* que abrange o século XIX; e, por fim, a *Idade da Profissão* que teve início no século XX e ainda está em vigor (TARDIF, 2013). É claro que Tardif analisa a profissionalização docente nos Estados Unidos, porém, no Brasil, ocorreram diversos processos ambíguos nos quais a profissionalização docente, que ocorreu em torno dos anos 1990 e ainda mais nos anos 2000, não se estabeleceu sem fortes



contradições como, por exemplo, analisa Dalila Oliveira (2004), que durante a *Idade da Profissão* brasileira ainda existiam e existem elementos da *Idade da Vocação* e também resquícios da *Era do Ofício* na profissão contemporânea dos professores brasileiros.

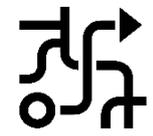
Com base nisso, é possível analisar que durante a Ditadura Militar, um período de intensas mudanças nas condições de trabalho docente, ocorreu uma transição da *Idade da Vocação* para a *Idade do Ofício*. Essa transição, embora não tenha sido tão linear como propõe Tardif, desempenhou um papel fundamental em nosso estudo, levando à percepção do estabelecimento das bases necessárias que possibilitaram a profissionalização docente algumas décadas após o fim do regime (TARDIF, 2013).

Portanto, em geral, em pesquisas na área das Ciências Humanas, seja na História, seja na Educação, é necessário fazer o movimento de compreender com profundidade o período do regime militar e, é claro, procurar perceber que as violências do período podem ir muito além das que são tradicionalmente mencionadas na historiografia, inclusive no que tange às políticas públicas educacionais. Afinal, a educação foi uma parte importante para os planos dos governos militares e é o que veremos adiante.

GOVERNO EMPRESARIAL-MILITAR, CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O período da história do Brasil que comumente é denominada de Ditadura Militar teve início em 1964 e foi até 1985. As características do contexto brasileiro, que são anteriores ao golpe, são muitas, mas sintetizaremos as principais: com o fim da Ditadura Vargas, notaram-se várias deficiências econômicas e sociais, como atraso no setor agrário e relações trabalhistas defasadas. Ocorreu, sim, um crescimento industrial acentuado no Sul e Sudeste, porém em contraste com um amargo atraso econômico crescente nas demais regiões do Brasil, que eram majoritariamente agrícolas e não industrializadas (FAUSTO, 2019).

Os variados conflitos político-ideológicos, que iniciaram e percorreram ao longo da década de 1950, fizeram com que, durante o curto período da República Populista (1945 a 1964), a chapa de Jânio Quadros e João Goulart chegasse ao poder (ARANHA, 1996). Contudo, antes disso, no que tange à educação, fontes históricas



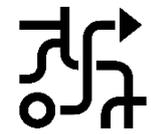
nos revelam que durante o período republicano já havia interesse internacional no Brasil, principalmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, para a Ciência e para a Cultura, UNESCO, órgão que, atualmente, embasa quase que completamente a política educacional de viés neoliberal no estado de São Paulo e exerce grande influência em toda a política educacional no Brasil. Em 15 de julho de 1949 foi publicada uma matéria no Jornal *O Estado de São Paulo* cuja manchete era "O Brasil e a UNESCO". Nela, Jaime Torres Bodet, o diretor-geral da UNESCO na época, deu uma entrevista por telefone, na qual é relatado o seguinte:

A UNESCO liga, pois, máxima importância ao serviço das massas populares e ao papel que as elites intelectuais, sempre representadas no que de melhor há na imprensa, nessa obra devem desempenhar. É por isso que o objetivo principal da minha missão de amizade neste País é procurar intensificar a colaboração já existente entre a UNESCO e o Brasil por intermédio especialmente da sua Comissão Nacional – o I.B.E.C.C. – que foi uma das primeiras a serem organizadas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1949, p. 16)

Não coincidentemente, a Representação da UNESCO no Brasil teve início em 1964, ano do golpe, e iniciou suas atividades em 1972, durante o regime militar (BRASIL, 2018). Por isso, de acordo com o discurso manifesto na fonte e com as ações que ocorreram nos anos posteriores a ela, interpretamos que não havia intenção dos militares em barrar a influência internacional na educação brasileira, mas sim reforçá-la.

Voltando ao período anterior ao regime. Após a posse, Jânio tomou muitas medidas impopulares, sendo a maior delas a condecoração de Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em 1961. As pressões de seus detratores o levaram à renúncia no mesmo ano. Seguindo a norma política, seu vice-presidente, Jango, deveria assumir o cargo, algo que não agradou aos militares, que desprezavam nele a posição mais alinhada à esquerda política (COSTA, 2017).

No momento em que Jânio renunciou à Presidência da República, Goulart estava na China, um país de regime comunista ao qual grande parte dos militares se opunha. Buscando o golpe, os militares vetaram a posse de Jango e o cargo de presidente foi assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzini (FICO, 2017). Contudo, Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul, reagiu contra a atitude golpista e, em defesa da ordem constitucional vigente, iniciou um movimento popular e militar conhecido como Campanha da Legalidade,



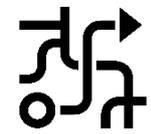
que começou em 25 de agosto de 1961 e durou aproximadamente dez dias (MACHADO, 2011). Brizola utilizou o rádio, o meio de comunicação mais forte da época, para divulgar o golpe militar que estava em andamento contra João Goulart e conseguiu reunir uma grande parcela da sociedade rio-grandense-do-sul e brasileira ao seu favor (MACHADO, 2011).

É nessa conjuntura conturbada que João Goulart chegou a Porto Alegre no dia 01 de setembro daquele mesmo ano, mas sua posse foi adiada. O Congresso Nacional, em um curto período, votou o Ato Adicional nº 4 à Constituição de 1946, aprovado em 02 de setembro, que instituiu o sistema parlamentarista de governo. Porém, esse sistema não durou mais que dois anos, pois, sem ter o apoio do próprio Jango e da população, foi encerrado através da decisão de retorno ao presidencialismo em Plebiscito Nacional (THEODORO JÚNIOR, 1986).

Posteriormente, com essa reviravolta, somada a um discurso de Jango com viés socialista e alusões negativas ao movimento *Cruzada do Rosário*, no conhecido Comício Central realizado no Rio de Janeiro, enfureceram-se ainda mais os militares. A partir daí, forjaram uma narrativa rasteira de que Jango era um comunista, a qual lhes serviu como justificativa ideal para tentar mais um golpe, desta vez bem-sucedido por conseguir angariar uma parte significativa da população para a causa militar. Esse golpe teve início em 31 de março de 1964 (FICO, 2017).

Para organizar melhor todos esses acontecimentos, vamos usar a seguinte divisão: foram cinco governos militares, cada um com um tempo de cinco a seis anos. O primeiro foi o governo de Castelo Branco (1964-1967); o segundo foi o governo de Costa e Silva (1967-1969); o terceiro foi o governo de Médici (1969-1974); o quarto foi o governo de Geisel (1974-1979) e o quinto foi o governo de Figueiredo (1979-1985) (FAUSTO, 2019).

Sobre a Ditadura Militar, engana-se quem acredita que a repressão se tornou corriqueira apenas com o AI-5. Na realidade, antes mesmo dele, no primeiro ano de ditadura, o regime mostrou-se extremamente violento e cruel. Embora o exemplo a seguir não tenha ocorrido em São Paulo, estado no qual o estudo se concentra, Carlos Fico (2017, p. 56) revela bem o caráter da Ditadura Militar ainda em seu início:



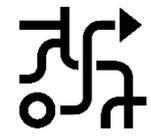
[...] no dia 1º de abril, em Recife, após a destituição do governador Miguel Arraes – que havia sido eleito pelo Partido Social trabalhista (PST) com o apoio dos comunistas -, estudantes se dirigiram em protesto para a sede do governo, o Palácio das Princesas, e foram recebidos a tiros. Os estudantes Jonas Barros e Ivan Aguiar foram mortos. Arraes foi preso e confinado na ilha de Fernando de Noronha [...] o líder comunista Gregório Bezerra teve seu cabelo arrancado com alicate, seus pés molhados com ácido e seu pescoço amarrado com cordas. Bezerra foi arrastado pelas ruas e seus algozes conclamavam a população – que assistia aterrorizada – a execrá-lo. (FICO, 2017, p. 56).

A crueldade dos atos da linha-dura e da sociedade que a apoiava muitas vezes nos choca tanto que nos leva ao esquecimento das outras crueldades do período, principalmente aquelas que são desferidas aos professores.

A fim de estabelecer uma comparação, é importante recordar que, durante o final da Era Vargas e no decorrer da República Populista, ocorreu o que Piovezan e Dal Ri chamaram de "Era de Ouro" do trabalho docente. Nos anos 1940 e 1950, ser professor era visto como algo vantajoso. Por isso, os professores faziam parte da classe média, tinham bons salários, gozavam de certa autonomia pedagógica e desfrutavam de prestígio social que jamais voltaria a existir a partir do momento em que o regime militar foi implementado (PIOVEZAN; DAL RI, 2016).

Para compreendermos melhor como essa precarização aconteceu, em sequência ao golpe, foi posto em prática o Programa de Ação Econômica do Governo, o PAEG. O foco, salientavam os militares, era melhorar a economia do país. Para isso, implementaram o arrocho salarial e aumentaram a arrecadação de impostos, sem falar de uma correção monetária que visava eliminar qualquer mínima inclinação de dependência do Estado no imaginário popular (FAUSTO, 2019). Outro aspecto importante foi a revogação do direito de estabilidade empregatícia garantida pela lei conhecida como Consolidação das Leis do Trabalho, CLT. Os militares fundaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS, para facilitar aos empregadores a contratação e demissão dos trabalhadores, enquanto estes não reclamavam dos abusos devido à falsa sensação de segurança que adquiriram (FAUSTO, 2019).

Por todas essas medidas de reestruturação econômica, salientamos ser apropriado nomear o regime ditatorial de Governo Empresarial-Militar, justamente devido ao favorecimento das empresas nacionais e, principalmente, do mercado internacional, em especial o automobilístico, que ingressava no país (FAUSTO, 2019). Foi por meio dessas diversas medidas arbitrárias que se estabeleceram as políticas



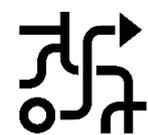
de trabalho dos professores brasileiros e, evidentemente, dos professores do estado de São Paulo.

Os militares, após imporem restrições econômicas aos trabalhadores como uma medida para solucionar os problemas econômicos do país, direcionaram seus esforços para a Educação Pública, identificada como uma questão de grande importância e que, inclusive, contava com um consenso a respeito de suas deficiências, conforme evidenciado pelo *Manifesto dos Pioneiros* nas décadas anteriores. Entretanto, as soluções propostas revelaram-se ainda mais desfavoráveis do que se poderia conceber (ARANHA, 1996).

A reforma ficou conhecida na historiografia como *Reforma Tecnista* e para fundamentá-la foi feita uma série de acordos com o governo dos Estados Unidos, conhecidos como acordos *MEC-Usaid* (ARANHA, 1996). No fim, não houve benefícios financeiros para o governo brasileiro; ocorreu, na verdade, uma adaptação da educação brasileira com base na educação norte-americana. A partir desse contexto, as escolas públicas e os professores foram afetados por uma intensa burocratização, que se mostrou sem precedentes na história do Brasil, configurando-se como um prelúdio para a educação neoliberal durante o período militar (ARANHA, 1996).

Mesmo assim, é importante salientar que o estado de São Paulo sempre se destacou como pioneiro quando se tratava de impor prejuízos aos seus professores. Já na década de 1960, antes mesmo do golpe militar, o então governador do estado, Carvalho Pinto, sugeriu o Projeto nº 1.048, que aumentaria a carga horária dos professores de 12 para 18 aulas por semana e de 50 para 81 aulas por mês. Essa regressão se adicionou a um significativo arrocho salarial que, após a implementação do regime militar, tornou-se ainda mais acentuada (PIOVEZAN; DAL RI, 2016).

Só que as reformas e os problemas não pararam por aí. Na Era Vargas, havia-se dado início a um desenvolvimento nacional e à continuidade da substituição de importações. Já na Ditadura Militar, ocorreu a inversão desse projeto, sendo privilegiado o capital estrangeiro em vez do nacional-desenvolvimentismo. Essa medida gerou expropriação agrária e um intenso êxodo rural e as cidades não podiam suportar acolher tantas pessoas. Com isso, obviamente, surgiu a necessidade de se pensar em uma educação pública mais abrangente, capaz de lidar com um país de



dimensões continentais, uma vez que o projeto agora era a industrialização e não se podia utilizar mão de obra analfabeta (ARANHA, 1996).

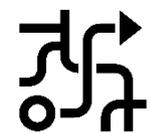
Foi no governo Médici, em 1971, que ocorreu a Reforma do 1º e 2º grau com a Lei nº 5.692/71, que mesclou o ensino primário com o ginasial, desativou as Escolas Normais e deu prioridade às habilitações (ensino profissionalizante). Satisfeito com a reforma, o presidente militar afirmou:

Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação (...). Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento. (MÉDICI *apud* FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 1163).

Essa lei também aumentou a duração da escolaridade obrigatória para oito anos, o que levou o governo militar a permitir uma formação mais rápida para aumentar o número de professores e escolas. Portanto, entre 1970 e 1980, houve um aumento exponencial de docentes que, ao contrário da Era Vargas, agora eram em sua maioria da classe trabalhadora e não mais das elites dotadas de *status* social (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006). Como resultado dessas mudanças drásticas, o número de professores era grande, mas os salários eram muito baixos, especialmente no estado de São Paulo que, como mencionado, já havia implementado essas reformas antes mesmo de Emílio Garrastazu Médici e seu "Milagre Econômico".¹

Como consequência dessas reformas educacionais, os professores do estado de São Paulo, que já enfrentavam problemas desde a década de 1960, deflagraram muitas greves entre 1978 e 1979 (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006), lideradas por indivíduos que não faziam parte de sindicatos reconhecidos, uma vez que estes

¹ O período conhecido como "Milagre Econômico Brasileiro" durou de 1969 a 1973, no qual houve um grande crescimento econômico com baixas taxas de inflação. Nessa época, o PIB cresceu em média anual de 11,2% e alcançou seu auge em 1973, com uma variação de 13%. Porém, a explicação dessa fase de boa economia não é tão milagrosa, já que ocorreu devido à grande disponibilidade de recursos nos países ao redor do mundo. Nesse período, os países em desenvolvimento aproveitaram para pegar empréstimos, como foi o caso do Brasil. O capital estrangeiro também aumentou no país, fortalecendo a ideia de uma melhora na economia. Todavia, o Brasil se tornou extremamente dependente do sistema financeiro e do comércio internacional, além de ter aumentado vertiginosamente sua dívida externa, algo que se refletiria nos anos posteriores. Outros impactos disso foram o abandono das políticas sociais, o arrocho salarial dos trabalhadores considerados desqualificados e o completo abandono do cuidado ecológico com a biodiversidade nacional (FAUSTO, 2019).



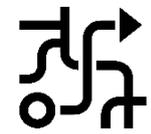
estavam enfraquecidos durante o regime militar, como é o caso do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) (ARANHA, 1996). Infelizmente, não foi suficiente, e o estado de São Paulo foi obrigado a testemunhar a deterioração da profissão docente. Para melhor elucidar a situação, ao longo do regime militar, no estado de São Paulo, corrigindo o salário de 1963 em reais, equivaleria a R\$ 1.042,61, já em 1973 seria de R\$ 1.082; a partir de 1982, houve uma queda vertiginosa, de modo que, em 1983, caiu para R\$ 868,24 (MARCÍLIO, 2005).

Desse modo, o regime empresarial-militar, por meio da literatura analisada, teve uma significativa contribuição para a precarização do trabalho docente e essa precarização teve continuidade mesmo após a redemocratização.

REDEMOCRATIZAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL

O regime militar perdurou por 21 anos. Ora se via a influência castelista, moderada, ora se via a influência da linha-dura (FAUSTO, 2019). Mas, em suma, ao longo de todo o tempo manteve uma postura violenta, arbitrária e que valorizava o uso da censura, inclusive contra os professores, por meio do Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, e de um órgão do estado de São Paulo que a ele respondia, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social, DEOPS, que eram utilizados para investigar cidadãos, mas, em especial, professores que, por algum motivo, demonstrassem, aos olhos das autoridades, uma postura não alinhada com o regime. Foi um período marcado por severas adversidades para a área da educação e para os profissionais que dependiam dela para sua subsistência (ARANHA, 1996).

Depois de Médici e da grande reforma educacional, veio Geisel que deu início à abertura “lenta, segura e gradual”, a qual também foi extremamente violenta (FICO, 2017). João Baptista Figueiredo, que o sucedeu, foi o último presidente militar, este foi o presidente que, após as lutas populares, como por exemplo o *Movimento pela Anistia* na década de 1970, acabou sendo impelido a sancionar a lei nº 6.683, de agosto de 1979, que anistiava tanto os presos e exilados políticos quanto os próprios militares (DEL PORTO, 2009). Além disso, o seu governo também ficou marcado na história por uma grandiosa crise econômica e pela abolição do bipartidarismo, momento em que muitos partidos foram criados e tudo se organizou para a transição da democracia (FAUSTO, 2019).



Após isso, em meio aos diversos conflitos partidários que envolveram a figura de Paulo Maluf, no fim, quem venceu as eleições presidenciais foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, antigo Movimento Democrático Brasileiro, MDB, partido que rivalizava com a Aliança Renovadora Nacional, ARENA, que, após a revogação do bipartidarismo, virou Partido Democrático Social, PDS, com a chapa de Tancredo Neves e José Sarney. Tancredo estava doente e com muito receio de assumir isso publicamente, devido à compreensão da importância de sua posse para o fim do regime. Todavia, a situação se tornou incontornável e teve que ser internado. Ainda assim, não resistiu e faleceu em abril de 1985. José Sarney, que já havia pertencido ao partido aliado do governo militar, foi quem assumiu a presidência da república (FICO, 2017).

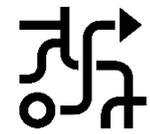
No decorrer da redemocratização, passamos por vários presidentes, todos com objetivos de controlar a inflação, desenvolver a economia nacional e, é claro, criar novas políticas educacionais, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, popularmente conhecida como LDB, esta que viria a ser promulgada muitos anos depois, somente em 1996 (ARANHA, 1996).

A sucessão de governos foi a seguinte: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (FAUSTO, 2019). Foi neste último governo que a neoliberalização no Brasil foi, segundo a literatura, efetivamente consolidada, principalmente no campo das políticas públicas educacionais.

SÃO PAULO E PSDB: O QUE FOI FEITO COM A HERANÇA EMPRESARIAL-MILITAR NA EDUCAÇÃO

Toda a herança de precarização do trabalho docente, a reforma tecnicista, apropriação do modelo educacional norte-americano juntamente com a abertura para o capital estrangeiro, forneceram bases para que a neoliberalização não se resumisse apenas à economia, mas que fosse predominante nas formulações das políticas públicas educacionais no estado de São Paulo.

Desde o momento em que a redemocratização aconteceu, houve um imenso monopólio político de dois partidos: PMDB e o Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB, sendo que o primeiro já havia ganhado expressividade desde o final



do Governo Empresarial-Militar (FAUSTO, 2019). Entretanto, foi o segundo partido que obteve o grande destaque no estado, sendo o que mais tempo permaneceu no poder até os dias de hoje.

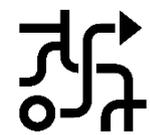
De 1987 a 1995, São Paulo esteve sob a tutela do PMDB, com os governos de Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury, períodos marcados por escândalos de corrupção (DEZOUZART; ALDÉ; SETEMY, 2009). Em seguida, o PSDB assumiu o poder e só o deixou temporariamente após a renúncia de Alckmin em 2018, para concorrer à presidência. Alckmin deixou o cargo para seu vice-governador, do Partido Socialista Brasileiro, PSB, Márcio França (MACHADO, 2018). Porém, para o período que nos interessa, há uma cronologia resumida do governo tucano², conforme destacado por Sanfelice (2010):

O Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB – abrigou os governadores Mário Covas (1995-98 em primeiro mandato; 1999-2000 segundo mandato, até a sua morte); Geraldo Alckmin (2000-2002 que completou o mandato de Covas e de 2003-2006 em novo mandato); Cláudio Lembo, do Partido dos Democratas que assumiu quando Geraldo Alckmin renunciou para concorrer à presidência da República e finalmente José Serra eleito para o período 2007-2010. (SANFELICE, 2010, p. 147).

Todos esses governos mencionados se orientaram por uma visão neoliberal que, em poucas palavras, trata-se de uma filosofia econômica que propõe o retorno do pensamento liberal do século XVIII em oposição às teorias de Maynard Keynes que se popularizaram durante a Crise de 1929 e perduraram até 1970 (LEMOS, 2020), sendo confrontadas posteriormente pelos economistas neoliberais Hayek, Friedman e Mises.

O pensamento liberal, no qual o neoliberalismo se baseia, defende as liberdades individuais, o contrato social, a desigualdade social e o livre mercado (sem a intervenção estatal) como fatores determinantes nas demais áreas da sociedade (LEMOS, 2020). Ou seja, para políticos que se baseiam neste modelo, as privatizações e a presença do capital estrangeiro são os aspectos mais importantes.

² O termo "tucano" é uma referência ao pássaro que foi adotado como mascote partidário durante a formação da legenda do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) em 1988 (HELAL FILHO, 2021); esse partido ficou conhecido por exercer uma forma de governo alinhada com os princípios neoliberais, especialmente ao adotar medidas que buscavam a privatização dos setores produtivos controlados pelo Estado (GUIOT, 2010).

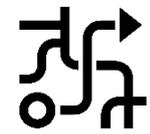


Nesse sentido, podemos perceber que essas ações de trazer o capital estrangeiro, abrir as portas para a UNESCO, o arrocho salarial dos professores, a burocratização do ensino e a expansão da educação em massa já haviam sido implementadas durante o regime militar, o que faltava, para o PSDB, era explorar essa situação para estabelecer uma política neoliberal de fato, e foi o que fizeram.

Antes de explicitar a política neoliberal tucana, é necessário abordar um acontecimento importante para a história da neoliberalização das políticas latino-americanas: o *Consenso de Washington* que ocorreu de 1989 a 1995 na década em que houve a ascensão do neoliberalismo e um grande endividamento nos países latino-americanos. No discurso, as medidas econômicas definidas em Washington, com a participação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e etc., visavam conter a crise econômica nos países latino-americanos. Todavia, na prática, os objetivos eram transformar os Estados Nacionais em meros aparelhos administrativos e fazer com que os países concordassem com reformas que permitissem a neoliberalização de suas políticas e economias (MATEUS, 2015). Quando o PSDB chegou ao poder, essas reformas já estavam em andamento.

Voltando aos governos pessedebistas em São Paulo, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas era quem estava à frente de São Paulo. Nesse momento histórico, foram postas em práticas ações para a educação com o apoio dos organismos internacionais: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Educação, para a Ciência e para a Cultura (UNESCO), Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas (UNICEF), entre outros. Nesse sentido, havia uma coerência entre o governo federal e o estadual (SANFELICE, 2010). Foi, inclusive, no governo Covas e com a secretária de educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva que houve os maiores impactos:

A gestão Covas iniciou-se em 1º de janeiro de 1995 e teve duração até 22 de janeiro de 2001 e apresentou como principais ações a implantação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), a Progressão Continuada, a descentralização da administração e da gestão escolar. Junto com essas ações vieram o discurso da melhoria da gestão e da qualidade do ensino, que foram, na verdade, medidas econômicas para racionalizar os



custos da educação. Essas ações desencadearam um agravamento nas condições do trabalho docente (...) a educação pública no Estado de São Paulo teve grande aumento no número de alunos por sala de aula, déficit de professores, aumento das contratações temporárias e, principalmente, a aprovação em massa de alunos decorrente da progressão continuada, mais conhecida como promoção automática (MOURA, 2013 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 68).

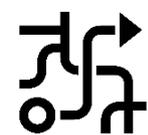
Ocorreu, portanto, um avanço da precarização que já existia, agora com um aumento de alunos por sala e com professores contratados temporariamente. Além disso, aconteceu também o fechamento de salas de aula e escolas, a intensificação do processo de municipalização, a demissão de muitos professores e a criação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) (SANTOS, 2016). Em suma, todas estas medidas impuseram obstáculos às condições de trabalho de um grande contingente de professores no estado de São Paulo.

Com o falecimento de Covas, seu vice-governador, Geraldo Alckimin, assumiu. Foi em sua gestão que foi criado o "ranking da SEE/SP", que incentivava a competição entre as escolas, uma clara virtude defendida pela filosofia neoliberal, porém, não levava em consideração a realidade das escolas, dos professores e do próprio processo de ensino-aprendizagem. Foi em seu governo também que foi instituído o sistema de gratificação conhecido como "bônus", mais uma maneira de individualizar os professores (SANTOS, 2016).

Por fim, após o governo Alckimin, que se estendeu até 2006, seu vice, Cláudio Lembo, ficou no cargo até as eleições e foi sucedido por José Serra. Foi com este último que se ampliaram as contratações temporárias e houve uma reorganização nas categorias docentes, ganhando destaque o professor "categoria O", que é contratado por tempo determinado (SANTOS, 2016).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Enfim, se fossemos descrever todas as políticas que afetaram de algum modo as condições do trabalho docente no estado de São Paulo, não seria possível fazê-lo em apenas um artigo. O foco aqui foi evidenciar as raízes históricas das políticas neoliberais paulistas e o quanto a Ditadura Militar, ou Governo Empresarial-Militar, foi essencial para que tais políticas fossem possíveis. Dentre elas, a ampliação das aulas, a burocracia, as contratações temporárias e o arrocho salarial foram as que mais subsidiaram os governos neoliberais no estado de São Paulo para, de fato, como se



observou ao decorrer de nosso texto, gerar um processo de precarização do trabalho. Agora, também em São Paulo, com mais uma política de caráter neoliberal: o Programa de Ensino Integral. Os aspectos a serem pesquisados sobre o tema ainda são muitos, porém, espera-se que novos estudos, como o aqui apresentado, possam contribuir para o avanço das pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAUJO, Caroline Gorski Marques. *O Programa de Ensino Integral no estado de São Paulo: a escola neoliberal*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE-SP*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. 266 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *UNESCO*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

COSTA, Marcos. *A história do Brasil para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2017.

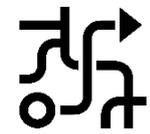
DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. *Perseu: história, memória e política*, S.l., n. 03, p. 43-72, 2009.

DEZOUZART, Elizabeth; ALDÉ, Lorenzo; SETEMY, Adrianna. *Luís Antônio Fleury Filho*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luis-antonio-fleury-filho>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, p. 1159-1179, 2006.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.



GUIOT, André Pereira. O programa neoliberal de terceira via do PSDB (1988-2002). *Tempos Históricos*, S.l., v. 14, n. 2, p. 228-255, 2010.

HELAL FILHO, William. Partido tucano: como o pássaro virou símbolo do PSDB anos após MDB recusar o mascote. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/partido-dos-tucanos-como-o-passaro-virou-simbolo-do-psdb-anos-apos-o-mdb-recusar-o-mascote.html>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LEMOS, Adriane Guimarães de Siqueira. Do liberalismo ao neoliberalismo: liberdade, indivíduo e igualdade. *Inter-Ação*, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61148/34792>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MACHADO, Livia. Alckmin deixa governo de SP e vice Márcio França assume cargo. *Jornal G1*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/alckmin-deixa-governo-de-sp-e-vice-marcio-franca-assume-cargo.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MACHADO, Vânia Mara Pereira. A campanha da legalidade. *Cadernos da Escola de Educação e Humanidades*, Curitiba, v. 1, n. 6, p. 6-7, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

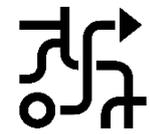
MARIN, Alda Junqueira. *Precarização do trabalho docente*. Minas Gerais: Gestrado UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/precarizacao-do-trabalho-docente/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MATEUS, Rafael de Paula Fernandes. *O Consenso de Washington e as propostas do Banco Mundial para a reforma do Estado em perspectiva política (1989–1997)*. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: UFSC/ANPUH, 2015, p. 1-17. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428334352_ARQUIVO_Textooriginal2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE-SP*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. 266 p.

PIOVEZAN, Patrícia Regina; DAL RI, Neusa Maria. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: 20 anos de reformas. *ETD Educação Temática Digital*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 178-197, 2016.



SANFELICE, José Luís. A política educacional do estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p. 146-159, 2010.

SANTOS, Franciele Del Vecchio dos. *Trabalho docente em escolas estaduais paulistas: o desafio do professor da categoria O*. São Paulo: UNESP, 2016.

SILVA, RODRIGO ALVES DA. *Qualidade de vida e estresse em professores atuantes no programa de ensino integral*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Ibirapuera, São Paulo, 2019.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, p. 551-571, 2013.

THEODORO JUNIOR, Humberto. O parlamentarismo no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 28-29, p. 187-210, 1986.

FONTES

O ESTADO DE SÃO PAULO (Jornal). *O Brasil e a UNESCO*. São Paulo, p. 16, edição de 15 de julho de 1949.

Recebido em: 11/08/2023

Aprovado em: 08/11/2023